



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DO PROGRAMA
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

ANA CATARINA DE ALMEIDA MACENA

JOÃO PESSOA/PB

MAIO/2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA CATARINA DE ALMEIDA MACENA

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DO PROGRAMA
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

JOÃO PESSOA/PB

MAIO/2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M141d Macena, Ana Catarina de Almeida.

A docência na educação infantil por meio do programa
residência pedagógica / Ana Catarina de Almeida Macena.

- João Pessoa, 2024.

51 f.

Orientação: Isabel Marinho da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Docência. 2. Educação infantil. 3. Práticas
pedagógicas. 4. Programa Residência Pedagógica. I.
Costa, Isabel Marinho da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37-051(043.2)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA CATARINA DE ALMEIDA MACENA

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DO PROGRAMA
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientadora:

Profª Drª Isabel Marinho da Costa

Examinador:

Profº Drº Ildo Salvino de Lira

Examinadora:

Profª Drª Nádia Jane de Sousa

JOÃO PESSOA/PB

MAIO/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a minha mãe Edilene de Almeida Macena, que sempre me apoiou antes mesmo do início da minha trajetória na Graduação, me dava forças para prosseguir em busca de meus objetivos acadêmicos e pessoais. Muitas vezes achei que não conseguiria trilhar este caminho, mas você, mãe é o estímulo que me encoraja a buscar o melhor sempre.

“Não te mandei eu? Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantes; porque o Senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares.”

Josué 1:9



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o criador de tudo, por ter me capacitado para trilhar esta desafiadora jornada, por confortar os meus pensamentos nos momentos mais difíceis.

Agradeço muitíssimo a minha mãe, Edilene de Almeida Macena, graças a todo o seu esforço e sua trajetória de vida que possibilitou a minha chegada até aqui, por me incentivar desde os meus primeiro pulinhos e gritinhos quando descobri que tinha avançado no processo seletivo para o Curso de Pedagogia até o processo de escrita de meu TCC me chamando para fazer as refeições, pela sua força e determinação para me ajudar a permanecer frequentando as aulas, pois sem as suas palavras de incentivo eu jamais chegaria onde estou, honestidade, sinceridade, coragem, persistência, paciência e respeito, estes são alguns dos valores que ela sempre me ensinou, pretendo ser leal e honrar cada um deles em sua memória.

Sou muito grata ao meu pai, João Macena da Silva, pelo homem honrado que se tornou ao longo de sua vida, sempre perseverante em busca de melhores condições de vida, por nunca desistir de nossa família, por suprir todas as necessidades, por me acompanhar diariamente das 4h45 até a parada do ônibus e por me esperar às 23h00 quando eu precisei chegar mais tarde em casa, parte do que sou hoje eu devo a ele, pois me ensinou por meio de suas ações sobre respeito, honestidade, persistência e coragem para enfrentar os desafios que temos ao longo da vida.

Agradeço a minha querida irmã, Ana Carolina de Almeida Macena, por ser uma fonte de inspiração, apesar de sua pouca idade, sempre persistiu em seus objetivos. Sou grata por todo o apoio emocional, pelos lanches, dinheiro para tirar xerox, pelo silêncio quando eu precisava para escrever, pelos bilhetinhos no *post-it* que me tiravam sorrisos em dias cansativos, pelos conselhos oferecidos, com ela eu aprendi que eu posso chegar onde eu quiser, mas, é necessário dedicação, me ensinou sobre sonhar, no entanto, devo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

transformar os sonhos em objetivos e metas concretas e devo agir em busca de alcançá-los.

Agradeço as minhas parcerias durante o curso, Dayane Fernandes por me ensinar sobre a escuta ativa, organização, novas perspectivas para experimentar e vivenciar o mundo, passar mais tempo conectada com a natureza e ouvir o meu interior.

Maria Graziely por ser a minha dupla inseparável desde o primeiro período do curso, partilhar memórias dos estágios, dividir momentos das nossas vidas que fortaleceram os nossos laços afetivos.

Vitória Clara pela sua amizade, carinho, escuta ativa sobre assuntos da faculdade e pessoais que temos em comum que possibilitou a consolidação de uma ligação mais profunda, sou grata pela sua paciência e apoio durante toda a minha trajetória, em estudar antes das avaliações e seminários, são memórias que irei guardar com muito carinho.

Maria Joyce por seu jeitinho cativante, sorridente que me divertia em dias exaustivos, por me ensinar que existem muitos espaços no mundo que podemos ocupar.

Thatiana Costa por ser companheira durante o nosso trabalho juntas em um projeto na Universidade, por me ensinar sobre paciência e observação dos contextos nas salas de aula com as crianças, e devemos seguir em busca dos objetivos, por mais que pareça difícil.

Agradeço muitíssimo a minha Professora Orientadora Isabel Marinho, por toda a sua paciência desde o início do Projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso até a sua concretização, foram longas semanas de muito trabalho, leituras e dedicação, com ela aprendi sobre organização, renúncias e concretização de objetivos.

E agradeço a Universidade Federal da Paraíba, por oportunizar experiências incríveis ao longo do Curso, com professores qualificados e oferecer espaços no qual desenvolvi habilidades do ponto de vista profissional e pessoal.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Conselho Pleno
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
ENID – Encontro de Iniciação à Docência
IES – Instituição de Ensino Superior
LDB/LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PIBID – Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLS – Projeto de Lei do Senado
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
PRP – Programa Residência Pedagógica
SEA – Sistema de Escrita Alfabética
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA – Transtorno do Espectro Autista
UFPB – Universidade Federal da Paraíba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “A docência na Educação Infantil por meio do Programa Residência Pedagógica”, tem como objetivo principal, compreender as práticas pedagógicas das docentes da Educação Infantil que atuam no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba a partir de nossa experiência como residente no Programa. Nessa direção, abordamos as bases legais e os fundamentos históricos que mencionam sobre a inserção do Programa no Brasil e, especificamente, na Universidade Federal da Paraíba. Tratamos ainda da formação inicial das licenciandas em Pedagogia e à preparação para atuação como docente nos espaços escolares e de sala de aula, tomando como pressuposto de análise, especificamente, a Educação Infantil. De cunho qualitativo, a revisão de literatura é a opção metodológica definida para conduzir as reflexões e análises da proposta em tela e das experiências vivenciadas no PRP. Os resultados apontam que as experiências em sala de aula, são relevantes para a formação inicial docente, por meio das observações é possível refletir sobre as mediações e práticas pedagógicas, a fim, de estabelecer um ambiente inclusivo, acolhedor, pelo qual as crianças se sintam valorizadas, respeitadas e sejam capazes de aprender e crescer coletivamente.

Palavras-chave: Docência. Educação Infantil. Programa Residência Pedagógica. Práticas Pedagógicas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ABSTRACT

The Course Conclusion Paper entitled: “Teaching in Early Childhood Education through the Pedagogical Residency Program”, has as its main objective, to understand the pedagogical practices of Early Childhood Education teachers who work at the College of Application of the Federal University of Paraíba from our experience as a resident in the Program. In this direction, we address the legal bases and historical foundations that mention the insertion of the Program in Brazil and, specifically, at the Federal University of Paraíba. We also deal with the initial training of Pedagogy graduates and their preparation for teaching in school and classroom spaces, specifically taking Early Childhood Education as the basis for analysis. Qualitative in nature, the literature review is the methodological option defined to conduct reflections and analyzes of the proposal in question and the experiences lived in the PRP. The results indicate that experiences in the classroom are relevant to initial teacher training. Through observations, it is possible to reflect on mediations and pedagogical practices, in order to establish an inclusive, welcoming environment, in which children feel valued, respected and capable of learning and growing collectively.

Key Words: Teaching. Child Education. Pedagogical Residence Program. Pedagogical Practices.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA.....	19
1.1 Abordagem qualitativa	19
1.2 Revisão de Literatura.....	20
 CAPÍTULO 1 - O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA O EXERCÍCIO DA PRÁTICA DOCENTE	 22
1.1 O Programa Residência Pedagógica na Universidade Federal da Paraíba.....	24
1.2 Os impactos do Programa Residência Pedagógica no processo formativo da licencianda do Curso de Pedagogia: Relatos de uma residente.....	28
1.2.1 Importância do PRP para a formação docente.....	31
 CAPÍTULO 2 - A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	 34
2.1 A observação na Educação Infantil	42
2.2 Práticas Pedagógicas das Docentes na Educação Infantil no Colégio de Aplicação da UFPB: Relatos de uma residente	44
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: “A docência na Educação Infantil, por meio do Programa Residência Pedagógica”, é o nosso objeto de pesquisa. Visa compreender as práticas pedagógicas das docentes que atuam na Educação Básica, especificamente na Educação Infantil a partir da revisão de literatura e das experiências vivenciadas no PRP, tem como objetivos específicos identificar e refletir sobre as práticas pedagógicas realizada pela docente.

O interesse pelo tema, surgiu por meio das vivências durante o ciclo I do PRP, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, localizado no Campus I, em João Pessoa, na Paraíba; no período de 18 (dezoito), meses.

Nossa primeira experiência no PRP, foi na Educação Infantil no período de 6 (seis), meses, depois experienciamos 6 (seis), meses no Ensino Fundamental I, turma do 1º ano, e 6 (seis), meses na turma do 4º ano.

O PRP, originado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem a finalidade de coadjuvar com a formação inicial dos profissionais da Educação Básica nos cursos de licenciaturas.

O PRP, no subprojeto de Pedagogia/UFPB, é composto por uma orientadora e um orientador, que organizam as bases teóricas para os estudos sobre a etapa educativa na Educação Infantil – E.I e no Ensino Fundamental, conduzem reuniões com informes sobre as atividades a serem realizadas, convidam professores, doutores que estudam a E.I, para apresentar de forma mais didática como é a atuação na E.I; conta ainda com o apoio de uma professora responsável pelo direcionamento das atividades dos residentes na escola, dentro do PRP, denominada de Preceptora sendo uma para a escola Municipal Frei Albino e a outra para CAP-EBAS, ambas, localizadas em João Pessoa, na Paraíba. As Preceptoras têm a função de situar as residentes dentro das escolas, apresentar a equipe docente, o setor pedagógico, os técnicos e auxiliares, corrigir os planos de aula que os residentes precisam organizar para aplicar posteriormente.

O PRP, conta com 10 (dez) residentes, sendo 5 (cinco) para cada escola, as residentes são as estudantes do Curso de Pedagogia que recebem direcionamentos para realizar as tarefas, estabelecem dois dias por semana para realizar as observações na sala com a professora titular da turma, participam de reuniões pedagógicas tanto no Instituição Ensino Superior (IES), quanto na escola, as residentes escrevem o que

chamamos de Plano de Atividades, que se refere a um documento que registra o planejamento do ciclo, incluindo referências teóricas para cada ciclo de 6 (seis) meses, as aulas que são ministradas pelas residentes são denominadas de regências, sendo de 33h (trinta e três), horas totais para cada ciclo.

As vivências e experiências no PRP, nos motivaram, inquietaram e provocaram diversas reflexões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido pelas docentes na sala de referência¹, das finalidades pedagógicas e do processo de desenvolvimento cognitivo das crianças.

Ao longo das observações na sala foi possível constatar que há muitas problemáticas que envolvem o contexto da Educação Infantil, no entanto, há diferenças entre a forma de pensar de cada professora, nem todas as profissionais desta etapa educativa compreendem que, o cuidar e o educar estão fortemente articulados e são indissociáveis. Geralmente, a docente conduz uma determinada temática na sua sala de referência, planejada conforme os campos de experiência apontados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e quando executa ela articula as ações promovendo o cuidado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), logo, compreendemos que o ato de educar sempre estará interligado com o cuidado.

Antes de realizarmos as observações em campo tínhamos duas hipóteses sobre as práticas das docentes na E.I. A primeira de que as professoras da Educação Infantil eram mais cuidadoras do que educadoras, e a segunda de que as avaliações eram classificatórias e atribuídas com notas pelas docentes desta etapa educativa. Por ausência de experiências com a Educação Infantil, acreditava-se que esta etapa educativa ofertava mais cuidados do que os processos educativos, e ao longo das observações foi possível compreender melhor o trabalho docente na E.I, e constatar que o cuidar é indissociável do educar, as ações de cuidado realizadas pelas docentes estão atreladas ao processo de desenvolvimento das crianças. Em relação ao processo avaliativo das crianças, compreendeu-se que ele não tem o objetivo de classificá-las com notas, mas sim, de registrar o trajeto de aprendizagem de cada uma das crianças.

Nesse ínterim, foram realizados momentos formativos que instigaram nossos estudos e nossas reflexões sobre a docência na Educação Infantil e as observações em

¹ Nomenclatura citada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) 2010, para definir o espaço educacional das crianças, que o diferencia da sala de aula tradicional no Ensino Fundamental.

turmas da Educação Infantil, especialmente a turma do Infantil III, que foi uma das turmas em que atuamos como residente no período de 6 (seis), meses.

Para ampliar o repertório de informações sobre a docência na Educação Infantil, verificar sua organização e efetivação, compreender as características e importância para a formação do indivíduo por meio do Programa Residência Pedagógica - PRP, tomaremos como pressupostos as bases legais para refletir a etapa educativa a exemplo Montessori (1989), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Lei De Diretrizes e as Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), e os autores como Geglio; Moreira (2021), Silva; Pedreira (1981), que abordam o percurso histórico do PRP, Arantes; Gebran (2014), que tratam da trajetória da elaboração de propostas para a organização do curso de Pedagogia.

Assim, abordaremos as experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica – PRP, no período de 18 (dezoito), meses, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, localizado no Campus I, em João Pessoa, na Paraíba, de forma pontual no que se refere ao Ensino Fundamental, pois o nosso foco é a Educação Infantil.

A pesquisa visa ainda contribuir com reflexões imprescindíveis na discussão sobre a atuação docente na etapa escolar e de como este processo precisa ser planejado, organizado e, por fim, efetivado, pensando a criança como sujeito principal do processo educacional. Sabemos que o trabalho docente está vinculado há várias ações, entre elas, a orientação, aprendizagem do aluno, participação, organização, planejamento das atividades na escola e contribuição para o aprimoramento da qualidade do ensino. Para além disso, a docente necessita compreender a importância de suas atribuições para a realização do seu trabalho na escola, o processo se refere à compreensão da realidade, ou seja, da escola, infraestrutura local e principalmente de seus alunos e das experiências que eles carregam por meio do contexto sociocultural e econômico. (LDBEN - Lei Nº 9.394/96).

Não basta conhecer apenas os documentos legais e o funcionamento da instituição local, ao planejar as vivências para as crianças, é necessário conhecer o contexto de cada uma delas que compõe a turma, é importante estabelecer contato com as famílias, com a finalidade de apresentar um relatório com registros de atividades produzidas ao longo do ano/semestre/trimestre, para ocorrer a observação e análises do desenvolvimento das crianças.

É pertinente lembrar que, a família tem um papel importantíssimo neste

processo, assim como na escola, em casa a criança precisa ser acompanhada e direcionada para as aprendizagens necessárias, pois, é em casa com os pais, que a criança aprende as primeiras formas de comunicação, e desenvolve, conseqüentemente, as primeiras habilidades, abrindo caminhos para novos aprendizados que se estruturam gradativamente.

Não é possível promover um aprendizado efetivo e exitoso sem a presença de elementos concretos. Se o professor utiliza materiais diversos para aproximar o aprendiz de situações que envolva a realidade, e organize problemas de forma intencional para que a criança se mobilize para resolver as problemáticas, isto torna o processo de aquisição do saber muito mais divertido e prazeroso.

Ao falarmos de aprendizagem é necessário ressaltar, que ela ocorre de diversas formas, por meio de diversas metodologias e diversos recursos, tais como audiovisuais, expositivas, dialogadas, práticas e com a utilização desses métodos e recursos são facilitadas as conexões entre saberes prévios e saberes que ainda não foram assimilados. Por isso, é de extrema importância, que a docente compreenda a complexidade sobre o processo de consolidação dos conhecimentos.

As ações da docente dentro da sala de aula, são importantes para o processo gradual de aquisição dos saberes, individuais, coletivos, que envolvam aspectos socioculturais dos sujeitos na valorização dos conhecimentos prévios de cada criança, pois cada criança possui uma singularidade e adentra aos portões da escola com experiências que precisam ser compreendidas, trabalhadas e compartilhadas.

O processo de compartilhamento entre os indivíduos é essencial desde a infância, é por meio de experimentações, que o sujeito se compreende no mundo de forma ativa e muitas vezes conflituosas, por estarem em um ambiente coletivo necessitam compartilhar objetos, ceder a vez, esperar a vez do outro e a docente é a responsável para mediar situações e conflitos existentes no ambiente educacional. Por meio dessas experiências, as crianças, são direcionados a aprender a dividir, compartilhar, respeitar, entender que precisa esperar a vez do outro, são conhecimentos significativos para o convívio em sociedade, a docente é a condutora do processo de construção dos significados, sejam eles os mais diversos dentro dos campos de experiência, cultural, econômico e social que devem ser trabalhados e estimulados desde o primeiro contato com a instituição de ensino.

Assim, exploraremos a temática do TCC, apresentando em capítulos nossas reflexões teórico-práticas sobre a docência na Educação Infantil, a partir do Programa

Residência Pedagógica, na Escola de Aplicação da UFPB, Campus I.

A **introdução**, visa, dentre outros aspectos, apresentar o nosso percurso na PRP como ambiente de vivências, tanto de observações quanto para a realização de práticas enquanto residente e de formação inicial no Curso de Pedagogia, a justificativa referente a escolha da temática proposta no TCC, tendo como objetivos específicos de identificar e refletir as práticas pedagógicas da docente na turma do infantil 3, utilizadas para explorar o assunto. Apontamos ainda alguns questionamentos e apontamentos referentes a investigação realizada durante os estudos.

A **metodologia**, trata da abordagem metodológica que é qualitativa e se fundamenta na revisão de literatura e aborda um pouco das experiências vivenciadas ao longo do PRP.

O **primeiro capítulo**, apresenta o PRP, caracterização, analisa o contexto escolar, bem como, menciona as experiências vivenciadas, na prática, a partir das aulas ministradas pela docente, bem como o relato das observações realizadas pela residente durante o PRP, mencionaremos a escola onde foram realizadas as atividades propostas pelo programa.

Pensando o PRP como um campo de experiências, buscou-se analisar ações do cotidiano escolar, bem como, as práticas da docente do Colégio de Aplicação da UFPB, bem como as aulas realizadas pela residente que no PRP, denominamos de regências, enquanto autorreflexão do trabalho como residente ao realizar planejamento de aulas, participar de formações pedagógicas e de atuar como professora no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba. Em refletir como explorar o nível de relevância social e principalmente para a comunidade acadêmica, a fim, de compreender com detalhes uma temática que é tão importante e que serve como reflexão para compreender de forma mais aprofundada o trabalho das professoras na E.I, ou até mesmo para tomar como direcionamento para a escolha do campo de atuação profissional na escola.

O **segundo capítulo** intenciona apresentar reflexões sobre a atuação docente na E.I, considerando aspectos imprescindíveis para a tomada de consciência sobre a importância da educação nesta fase. Destacamos que a ausência dos estudos referente a formação inicial no curso de Pedagogia no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, possui algumas lacunas teóricas e experienciais em relação ao currículo do curso, pois, a matriz curricular não oferta todos os conhecimentos necessários para a formação completa dos graduandas, e a falta dos estudos e das práticas nas escolas

reduzem as chances de as estudantes compreenderem o trabalho que a professora realizará na escola, o funcionamento desta etapa educativa, bem como, as suas especificidades.

Consideramos que para compreendermos o trabalho docente na perspectiva do PRP, é necessário entender um pouco sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ofertado pela escola na qual foram desenvolvidas as atividades do Programa. A seguir, serão descritas algumas etapas educativas, experienciadas durante o PRP durante 1 ano e 6 meses, lembrando que, apresentaremos um pouco do que foi vivenciado ao longo de todo o PRP pela residente, mas abordaremos de forma aprofundada, apenas a Educação Infantil.

A Educação Infantil (EI) é uma etapa educativa da Educação básica, que oferta o ensino para crianças com idade de 0 a 5 anos. Sendo de matrícula facultativa para crianças de 0 a 3 anos e obrigatória aos 4 e 5 anos. As interações e as brincadeiras são dois eixos estruturantes para as práticas pedagógicas desta etapa da Educação Básica, é por meio das experiências que as crianças constroem os saberes, socializam aprendizagens e se desenvolvem.

O Ensino Fundamental (EF) é a etapa mais longa da Educação Básica, com nove anos de duração, ela está dividida em duas fases. Nos Anos Iniciais as experiências valorizadas são as articulações de situações lúdicas que potencialize as aprendizagens, e estas vivências necessitam estar sistematizadas a fim de promover o desenvolvimento das crianças, possibilitar novas maneiras de ler e ver o mundo, criar hipóteses, questionar e formular novas conclusões acerca dos fundamentos científicos e sociais. (BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2018).

A Educação Básica oferta outras etapas de ensino, porém, para estes estudos não faremos a sua menção nem aprofundaremos as modalidades de ensino, pois não é propósito desse estudo e dessa pesquisa.

Nas **considerações finais**, apontamos a importância de vivenciar o Programa Residência Pedagógica, em conhecer de forma aprofundada sobre a docência na Educação Infantil, bem como, o vínculo direto com escolas públicas que, possibilitam que as licenciandas, identifique por meio de observações e atuações, quais as práticas

pedagógicas devem ser fomentadas em sala de aula, e perceber como a ação da docente é capaz de refletir na construção de um novo modelo de sociedade, crítica, reflexiva e igualitária. Citamos exemplos de documentos que subsidiaram a pesquisa, em relação ao Programa Residência Pedagógica, e a formação das docentes no Curso de Pedagogia, enfatizamos desafios e aprendizagens que se fizeram presentes durante o trajeto da residente dentro da escola. Concluimos que a articulação dos documentos institucionais, pedagógicos, devem estar em constante articulação com as práticas cotidianas da sala de aula, afim, de identificar os pressupostos necessários para a efetivação de um ensino de qualidade para as crianças.

METODOLOGIA

[...] conhecimento é, portanto, fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente. (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p.1-2).

Neste capítulo tratamos da abordagem metodológica utilizada no TCC. É pautada na abordagem de cunho qualitativo e na Revisão de Literatura. A escolha desse tipo de abordagem não ocorreu de forma aleatória, mas a partir dos objetivos traçados. Como pretendemos compreender a Docência na Educação Infantil, tomando como pressuposto o Programa Residência Pedagógica e as experiências vivenciadas por meio dele; consideramos que essas abordagens possibilitarão explorar a literatura científica sobre o assunto. Assim, para selecionarmos e definirmos as bases literárias a serem exploradas utilizamos alguns procedimentos:

1. Buscamos na literatura autores recorrentes sobre o tema de pesquisa.
2. Selecionamos dentre as diversas produções as que consideramos mais relevantes.
3. Analisamos os significados.
4. Interpretamos os textos e sua historicidade.

Nessa direção, optamos por realizar a leitura exploratória do material escolhido, seguida por leitura mais aprofundada, reflexiva e crítica. Para tanto, pesquisamos textos de autores renomados nacionalmente e que consideramos que contribuiriam academicamente e cientificamente na produção literária sobre a formação docente iniciais como, Geglio; Moreira (2021), Arantes; Gebran (2014), que tratam sobre o Programa Residência Pedagógica, Silva; Pedreira (1981), que apresentam discursões sobre a estrutura do curso de Pedagogia, Manfré; Ariosi (2019), abordando a observação da Educação Infantil e suas complexidades, Montessori (1989), apresentando reflexões sobre a criança e as ações que as docentes devem realizar nesta etapa educativa.

1.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

A pesquisa, o estudo ou a abordagem de cunho qualitativo têm suas origens nas Ciências Humanas e Sociais e tem como objetivo analisar a complexidade dos fenômenos

humanos em cenários naturalistas, com uma perspectiva holística. (BRIGGS, 2011; AILINGER, 2003).

O termo qualitativo refere-se a pesquisas ‘etnográfica’, ‘fenomenológica’ ‘pesquisa-ação’, ‘análise do discurso’, entre outras. Em geral, inclui ações como observações, entrevistas, inferências, e interpretações de materiais escritos. (BRIGGS, 2011; LINCON, 2005).

A metodologia desse estudo é essencialmente qualitativa, tem características próprias. Numa pesquisa qualitativa preocupamo-nos menos com a generalização e mais com a abrangência da compreensão em relação ao social, a uma instituição, representação. Portanto, não é numérico.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa caminha em duas direções: numa elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas. (MINAYO, 1993). A partir dessas considerações, a escolha do método qualitativo se deu em função da necessidade de compreender a temática do TCC, em pauta.

1.2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura adota a metodologia da Pesquisa Bibliográfica. Trata da revisão das pesquisas e produções de autores sobre o assunto a ser investigado, estudado, discutido e ampliado. “Fala-se de pesquisa bibliográfica quando se trata de descobrir textos (livros, artigos, documentos), sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse”. (SAINT- GEORGES, 1997, p.32).

O autor propõe duas maneiras de realizar uma pesquisa bibliográfica:

1. Maneira Prática: consultar primeiro um ou mais especialistas e questioná-los sobre as tendencias recentes de investigação (estabelecer uma boa lista de pessoas a contactar – professores, colegas e profissionais da área);
2. Maneira Exaustiva: efetuar um trabalho de análise aprofundada do problema formulado, o que permitirá formar uma ideia mais precisa dos domínios que o problema aflora e descobrir um certo número de temas que decompõe o assunto central e que irão orientar as primeiras diligências.

Por ser um estudo a nível de graduação, optamos por apresentar uma breve revisão teórica que justifica a condução do tema “A docência na Educação Infantil por meio do Programa Residência Pedagógica”. Elegemos autores da área de educação que tratam especificamente sobre a formação (inicial e continuada), para o exercício da prática docente, dos saberes e competências docentes, considerando ainda as bases legais que fundamentam e concretizam o PRP nas Instituições Educacionais do Brasil.

A proposta de revisão de literatura visa, portanto, mapear os estudos relevantes do campo de interesse, a partir da análise de uma gama relativamente limitada de estudos, necessariamente avaliados por sua qualidade. O estudo desenvolvido foi analítico e reflexivo da produção científica.

CAPÍTULO 1 - O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA O EXERCÍCIO DA PRÁTICA DOCENTE

A primeira discussão sobre a instituição de um Programa que atuasse na formação de professores no Brasil surge com uma proposta do Senador Marco Maciel em um Parecer de N° 227 de 2007, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado - PLS, que adiciona mecanismos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a Residência Educacional a professores da Educação Básica.

A preparação dos novos professores, nos moldes propostos pelo projeto, pressupõe uma estrutura que lhes possibilite vivência em sala de aula e assegure acompanhamento desse processo de aprendizado. Deseja-se unir teoria e prática, em uma articulação que leve em conta as complexas variáveis do processo educativo. (PARECER N°227/07, p.2).

A formação das professoras era o ponto principal na discussão do PLS 227/07, com o intuito de possibilitar vivências em sala de aula, bem como, uma política que assegurasse o acompanhamento do processo de aprendizado. Unindo a teoria com a prática, articulando as variáveis do processo educativo nas escolas.

Inspirada na prática da residência médica, a proposta chegou a ser discutida em audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, recebendo manifestações de apoio e sugestões de aperfeiçoamento. Entretanto, o PLS n° 227, de 2007, não chegou a ser votado e acabou arquivado no início da nova legislatura. Contudo, os problemas que o motivaram ainda remanescem. (PLS 284/12).

Entretanto, só houve audiência pública sobre o Parecer N° 227/07 no dia 15 de abril de 2009, a proposta não foi aceita rapidamente pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, nem pelos Representantes do Conselho Nacional de Educação - CNE,

pois alegaram que, o Programa dependeria de apoio financeiro para financiar bolsas de estudos aos professores residentes e da negociação de uma política nacional de formação com estados e municípios.

No ano de 2012, surge uma reformulação sobre o Projeto de Lei do Senado 227/07, que retoma as propostas iniciais instituídas anteriormente e passa de Residência Educacional para ser denominado de Residência Pedagógica, para as professoras da Educação Básica. De acordo com o PLS 284/12, a substituição do termo Residência Educacional para Residência Pedagógica, foi julgado como mais adequado para descrever o propósito da iniciativa, pois era designada apenas para a atuação em magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

O País enfrenta seríssimos problemas de qualidade na educação básica, que têm sua origem na deficiência da alfabetização de nossas crianças. Não é por acaso que uma das metas do projeto de Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, em tramitação no Congresso Nacional, objetiva justamente que todas as crianças sejam plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade. (PLS 284/12).

A implementação da Residência Pedagógica, fazia-se muito importante para impulsionar e melhorar a qualidade da educação por meio da formação das professoras, pois, auxiliaria no processo de alfabetização das crianças na idade certa, apontada no Projeto de Lei da Câmara² que aprovava o Plano Nacional de Educação.

Em 2014, foi aprovado o Projeto de Lei de N° 6, de 2014, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a Residência Docente na educação básica. No Art. 1º, parágrafo I - “A Residência Docente, deverá contemplar todas as etapas e modalidades da educação básica e será desenvolvida mediante parcerias entre os sistemas de ensino e as instituições de ensino superior formadoras de docentes”. A justificativa da modificação do PLS N° 6/14, era a urgência da formação de professoras, pois, a educação apresentava muitas

² PLC N° 103/12. Art. 2º São diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE: I - Erradicação do analfabetismo.

fragilidades que precisavam ser superadas, a proposta visava a valorização das vivências em sala de aula, bem como, na gestão administrativa e pedagógica das escolas.

Os três projetos com nomenclaturas diferentes citados: Residência Educacional, Residência Pedagógica e Residência Docente, foram planos relevantes, porém, a falta de detalhamento, ocasionou na não efetivação das propostas apresentadas. No entanto, foram projetos importantes para o aprimoramento das novas configurações do PRP nos anos seguintes.

1.1 O Programa Residência Pedagógica na Universidade Federal da Paraíba.

O Programa Residência Pedagógica é implementado no ano de 2018, na Universidade Federal da Paraíba, inspirado pelo PRP, implantado pela Universidade de São Paulo (Unifesp), no ano de 2009, o Programa Residência Docente, do Colégio Pedro II, em 2012 e o Programa Residência Educacional da Secretaria Estadual de São Paulo, em 2015. (Geglio; Moreira, 2021, p. 14).

No ano de 2018, A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, estabelece a Portaria GAB Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, e institui o Programa Residência Pedagógica, por Abilio Afonso Baeta Neves, Presidente da CAPES, em 28/02/2018. Analisando a Portaria, é possível destacar objetivos estabelecidos no Art. 2º para o PRP, entre eles estão o de aperfeiçoar a formação inicial dos discentes nas licenciaturas, fazendo o uso teórico e prático dos saberes profissionais para a educação básica, fortalecer a relação das IES, com as escolas, promovendo sinergia entre a Universidade e o possível campo de atuação dos egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio da Portaria de Nº 38 de fevereiro de 2018:

Considerando a finalidade da Capes de induzir, fomentar e acompanhar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e os

programas de estudos e pesquisas em educação; Considerando a importância da formação inicial de professores da educação básica para o desenvolvimento humano e sustentável do País; Considerando a Política Nacional de Formação de Professores; Considerando os autos do processo nº 23038.001459/2018-36 (Portaria GAB Nº 38/18, p. 1).

A Portaria apresenta aos leitores, as principais finalidades da CAPES, que estão relacionadas ao processo de formação inicial de docentes, bem como, a formação continuada e estudos em educação. Em seu Art. 1º, é posto que, o PRP, possui a finalidade de apoiar as IES, na construção de projetos que estimulem a teoria e prática dentro dos cursos de licenciatura, a fim, de serem partilhados e articulados com instituições da rede pública.

No Art. 2º inciso IV, a Portaria Nº 38/18, apresenta que o PRP, deve: “Promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. Podemos analisar que o Programa Residência Pedagógica articula os residentes com as práticas docentes, bem como, a Base Nacional Comum Curricular, o que nos faz pensar que as licenciandos e as docentes vinculadas com o Programa compreendam a aplicação dos conteúdos na Educação Básica.

De acordo com o Art. 4º, da Portaria, a Instituição de Ensino Superior será apoiada com a concessão de bolsas nas seguintes modalidades: I. Residente: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período; II. Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica; III. Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática; IV. Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo. (PORTARIA GAB Nº 38, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018).

Em 2019, a Portaria GAB Nº 259, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional

de Bolsa de Iniciação à Docência³ (PIBID). A Portaria, trata que ambos os Projetos visam a formação de professores nos cursos de licenciatura. Consoante o Art. 3º “O PRP, tem por finalidade promover a experiência de regência em sala de aula aos discentes da segunda metade dos cursos de licenciatura, em escolas públicas de educação básica, acompanhados pelo professor da escola.” Compreendemos que a experiência do PRP, é designada apenas para os licenciandos que possuem a certificação de 50% do curso, enquanto o PIBID, é destinado aos alunos do primeiro ao quinto semestre.

Conforme a Pró-Reitoria de Graduação - PRG, no ano de 2019, foram publicados os primeiros editais para Preceptores no Campus I - UFPB, o edital seleciona professores da Educação Básica nas áreas de Pedagogia, Letras Inglês/Espanhol e Química para atuarem no Programa Residência Pedagógica. A atuação dos preceptores é orientar, acompanhar os residentes no planejamento e nas ações pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula; cada preceptor selecionado no projeto irá atuar na área específica pela qual fez a seleção e tem formação para atuação.

No ano de 2020, é publicado o primeiro edital de seleção para os residentes bolsistas, o PRP. Analisando a plataforma da PRG, é possível perceber que há diversos editais que tratam de retificações de prorrogações de prazos de inscrições e de início das atividades do PRP, até o resultado do processo seletivo de residentes, remanescentes. Os editais para as vagas remanescentes, eram destinados para que novos candidatos fizessem a seleção para ocupar uma vaga que, não foi preenchida ao longo do processo seletivo, ou até mesmo por desistência de participação no Programa.

A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por meio da Pró-reitoria de Graduação (PRG), torna público o edital para o processo seletivo de residentes bolsistas ao Programa de Residência Pedagógica (PRP) dos cursos de graduação em licenciatura da UFPB, listados abaixo, em conformidade com edital Capes 01/2020. (EDITAL PRG Nº 04/2021).

Conforme a citação, a UFPB, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, dispõe para os licenciandos, um novo edital, para a seleção de novos residentes bolsistas, para

³ O PIBID tem por finalidade proporcionar aos discentes da primeira metade dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes ao nível superior.

que eles ocupem as vagas que não foram preenchidas, ou pela não continuação do licenciando no Programa.

E temos ainda à nossa disposição, a última Portaria publicada até a vigência do PRP 22/24. A PORTARIA GAB Nº 82, DE 26 DE ABRIL DE 2022, dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP, na qual identificamos que os objetivos são preservados, há nesta nova portaria a presença de um novo objetivo, no capítulo II, dos objetivos: “V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.” Percebemos que há avanços significativos em relação à estimulação dos licenciandos em produzir textos que relate as experiências vividas por meio do Programa Residência Pedagógica, que estão fortemente articuladas com as práticas pedagógicas dos docentes.

No ano de 2022, é publicado um novo edital de Nº 09/2022, que apresenta aos licenciandos uma excelente oportunidade de participar da seleção e poder atuar juntamente com o PRP, nas escolas. Foi neste edital que participamos da seleção, com muitas expectativas sobre a organização do Programa, bem como, a sua efetivação tanto na Instituição de Ensino Superior, quanto nas escolas nas quais os licenciandos iriam desenvolver as atividades. Ainda neste edital é possível analisar os seis (6) Direitos e obrigações dos residentes bolsistas⁴:

6.1 O(a) residente bolsista selecionado(a) para participar do programa terão os seguintes direitos: 6.1.1 receber uma bolsa no valor de R\$ 400,00 mensais, concedida pela Capes, durante o período de 18 meses, ou pelo tempo que permanecer no programa, a partir de novembro de 2022, ou a critério da Capes, se estiver entre primeiros classificados para bolsa. No caso de voluntário(a), se vier a preencher uma vaga de bolsista, em caso de vacância por algum motivo, no decorrer do desenvolvimento do programa, passará a receber o valor referido a partir do mês de ingresso nessa condição. 5 6.1.1.1 o depósito do valor da bolsa é de responsabilidade da Capes e está condicionado à autorização de início e continuidade do programa pelo referido órgão governamental. O crédito da bolsa é realizado no mês seguinte ao de referência. 6.1.2. para receber o crédito referente ao valor da bolsa, o(a) bolsista deve ter e informação dados relativos à uma conta bancária que seja individual e corrente; 6.1.3 receber orientação de caráter didático-pedagógico que se fizer necessária ao desempenho de suas atividades;

⁴ Residentes bolsistas são os licenciandos.

6.1.4 receber certificado relativo ao período em que participou do programa.” (EDITAL Nº 09/2022 – CPPA/PRG).

O estabelecimento dos direitos e das obrigações dos licenciandos, são de grande importância, pois, direciona o que deve ser realizado por eles em termos burocráticos em relação ao período de permanência no Programa. Sabemos que o Orientador da IES, fica à disposição para auxiliar os Preceptores e Residentes licenciandos transmitindo os direcionamentos, bem como, exemplifica o inciso IV da Portaria de 2022: Docente Orientador: “Docente da IES responsável por planejar e orientar as atividades dos residentes no seu núcleo de residência pedagógica” (Portaria GAB Nº 83 de abril de 2022, p. 1). Entretanto, mesmo dispondo de explicação das atribuições, de modo interno para os participantes do Programa, consideramos como indispensável a existência de documentos que apresente publicamente as ações efetivadas durante a concretização do PRP, fazendo-se conhecer as definições, objetivos, atribuições dos participantes, entre outros. A disposição das portarias e editais, expandem a visibilidade estrutural do PRP, revelando as potencialidades do Programa e seus processos formativos em relação à formação inicial docente.

1.2 Os impactos do Programa Residência Pedagógica no processo formativo da licencianda do Curso de Pedagogia: Relatos de uma residente

Abordaremos as experiências vividas ao longo de 18 (dezoito) meses no PRP, na Universidade Federal da Paraíba, por meio da vinculação com o Colégio de Aplicação da UFPB. O PRP, foi organizado em 3 (três) ciclos, o primeiro ciclo na Educação Infantil, o segundo no Ensino Fundamental Anos Iniciais na turma do primeiro ano, e o terceiro ciclo ainda no E.F, na turma do quarto ano.

No primeiro ciclo, percebemos a complexidade da Educação Infantil, o quanto o docente deve estar preparado para conduzir a construção dos conhecimentos de sujeitos tão pequenos, apresentando para as crianças experiências diversas. Com isto, as licenciandas puderam observar as ações docentes citadas e perceber outras ações que compõe o campo da E.I; eles têm a possibilidade de observar de perto o trabalho da

professora titular na sala de aula, é uma experiência que aproxima as estudantes da realidade, fazendo com que elas aprendam novas práticas de como guiar a ação de educar, mediar as aprendizagens das crianças por meio de falas que contextualizam as temáticas, materiais didáticos, livros, vídeos, objetos e atividades que mobilizem as crianças na construção da sua própria aprendizagem.

No segundo ciclo, as licenciandas puderam observar e atuar no Ciclo de Alfabetização⁵, identificamos as diferenças que há entre as duas etapas da educação, cada etapa possui características próprias, que estão articuladas com cada fase do desenvolvimento das crianças, as observações foram realizadas na turma do 1º (primeiro ano), a experiência com a turma foi totalmente diferente, as práticas pedagógicas da professora titular da turma continha muito mais elementos alfabetizadores em relação ao que foi visto no ciclo anterior, bem como, a exposição do alfabeto com letras no formato Bastão e Cursiva⁶, era possível perceber a presença de atividades que estimulavam a escrita das crianças, exercícios que aumentavam o repertório da formação das sílabas, palavras que conduziam na construção e consolidação do Sistema de Escrita Alfabética - SEA.

No terceiro ciclo, vivenciamos experiências na turma do quarto ano, que se caracterizam como diferentes dos dois ciclos anteriores, foi possível perceber o processo de continuação do processo de alfabetização enfatizado no primeiro ano, entretanto, os processos de estimulação recebem um novo molde em reação a anterior. As atividades planejadas pela professora titular são direcionadas as Áreas do Conhecimento estabelecidas pela BNCC, as licenciandos puderam compreender a importância de aprofundar os conteúdos sobre as mais diversas áreas dos saberes, pois, elas implicam no desenvolvimento crítico de cada criança para a formação de um sujeito que, conheça as pluralidades sócio-histórica, socioeconômica etc. Enquanto isto, as professoras titulares dão continuidade ao processo de alfabetização e de potencialização do domínio das regras ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

⁵ Tempo sequencial de três anos que permite às crianças construir seus saberes de forma contínua, respeitando seus ritmos e modos de ser, agir, pensar e se expressar.

⁶ A letra bastão tem traços simples e é ideal para esse começo. A letra cursiva é emendada uma na outra, o que dificulta separá-las visualmente quando se está aprendendo a ler.

Vivenciar o Programa Residência Pedagógica foi uma experiência única, repleta de aprendizagens, apresentou as licenciandas a oportunidade de aprender sobre a Educação Básica de forma prática, ou seja, as licenciandas além de estudar as bases legais da educação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, puderam observar as práticas das professoras titulares das turmas, aproximando-se das metodologias que promovem aprendizados de forma lúdica e muitas vezes divertida, unindo teoria e prática, permitindo assim, apoiar o conhecimento teórico nas ações que acontecem no cotidiano da escola.

Entre os três ciclos vivenciados, o primeiro ciclo destacou-se, por ser a nossa primeira experiência no PRP, as expectativas sobre todo o processo se elevaram, juntamente com a curiosidade de observar a rotina das crianças da turma do Infantil III, bem como, as práticas pedagógicas realizadas pela professora da turma. Observamos que a professora titular da turma, possui bastante repertório sobre a E.I, as vivências eram planejadas conforme o perfil da turma, foi possível afirmar essa informação, pois, a turma era composta por onze (11) crianças, uma delas possui laudo médico de Transtorno do Espectro Autista - TEA, enquanto duas crianças possuem suspeitas de TEA e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, porém, ainda sem diagnóstico.

Durante a realização das atividades, era perceptível o cuidado da professora titular com todas as crianças, sempre atenta ao comportamento das crianças atípicas, a fim, de auxiliar nas dificuldades de cada uma delas.

Pudemos observar ainda a presença de desafios durante o período de residência das licenciandas na escola, entre eles, a falta de experiência das residentes em organizar planos de aula para as crianças, pois, nem todos atuavam em escolas, e desta forma, o PRP, se configurava como a primeira experiência prolongada em sala de aula; executar o que foi planejado para as aulas com as crianças, tornava-se desafiador, pois as licenciandas precisavam conectar-se com a dinâmica da sala de aula, bem como, as práticas pedagógicas que vão sendo construídas ao longo do processo de atuação docente na sala de aula, constantemente. Desta forma, houve muitos questionamentos sobre o que era correto para proceder perante os acontecimentos na sala, a falta de experiências anteriores, geravam frustrações em relação à atuação da licencianda. No entanto, o Programa, se configura como o espaço que promove as primeiras experiências de atuação docente, a partir, das vivências em sala, a licencianda, tem a oportunidade de refletir as

ações executadas no que se refere a sua atuação para a promoção de aprendizagens no cotidiano das crianças.

Consideramos que o Programa Residência Pedagógica, possibilitou aprendizagens diversas para as licenciandas, no que tange as práticas pedagógicas que devem ser construídas ao longo do processo de formação inicial docente. É evidente que, dezoito meses, não seriam suficientes para ensinar de uma forma completa sobre a atuação das professoras na educação básica, todavia, por estarmos em contato contínuo com as professoras titulares e as crianças que faziam parte da turma dela, aprendemos sobre elementos que são característicos da E.I. e E.F, que estão relacionadas as fases do desenvolvimento da criança.

Aprendemos sobre analisar o contexto da sala de aula, perceber quem são os sujeitos da turma, desta forma, conseguíamos propor atividades que se relacionavam com o que as crianças já sabiam, auxiliando-os a consolidar saberes e conhecer novos conteúdos por meio de práticas artísticas, textos, contextos e brincadeiras. A ajuda da Preceptora, em reuniões e orientações em grupo, era essencial para a estruturação das propostas de aula que os licenciandos aplicariam posteriormente, pois, ela dispunha de um repertório de experiências adquiridas ao longo da carreira docente, ela apresentava sugestões que contribuíam para a execução das atividades, conforme as especificidades que compõe a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Entre os pontos positivos do PRP, podemos citar que ele contribuiu com o processo de desenvolvimento da escola vinculada ao Programa, promovendo um ambiente de protagonismo, tanto para as licenciandas, quanto para as professoras titulares, pois, ambos estavam em constante diálogo. Durante todas as atividades pudemos consultar a experiência de atuação da professora, enquanto as licenciandas, a observação das práticas pedagógicas abre novos caminhos para a formação de profissionais críticas sobre a organização de atividades, que promovem aprendizagens com metodologias diferentes.

1.2.1 Importância do PRP para a formação docente

A formação docente, acontece por meio das Instituições Superiores de Ensino, de acordo com o Projeto de Lei 011/2009, altera o art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (E.M.Nº 011/2009/MEC).

De acordo, com o Artigo 62 da LDBEN, a certificação e habilitação para atuar na educação básica, se dá por meio do ingresso e conclusão em cursos de licenciatura de nível superior. Na alteração da Lei é anexada a proposta de ato normativo que estabelece a fixação de nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para a formação de docentes. O Projeto de Lei, justifica que essa medida tem a função de filtrar os profissionais que atuarão na educação básica.

No entanto, nem sempre apenas no curso de licenciatura é capaz de formar a licencianda para o exercício docente nas escolas públicas brasileiras. E nesses moldes, podemos citar os programas de formação inicial docente, a exemplo temos o Programa Residência Pedagógica, que é instituído visando a preparação das licenciandas, articula os conhecimentos construídos durante o curso de licenciatura, juntamente com a oportunidade ofertada pelo PRP, de atuar nas salas de aula.

O PRP, configura-se, nesta perspectiva, como uma ferramenta potencializadora dos saberes teórico-práticos, que transitam no ambiente escolar. É indispensável citar que, por meio das experiências vivenciadas através do Programa, as licenciandas podem se aproximar da realidade do trabalho docente, perceber quais etapas da educação básica ele se identifica, sobretudo, para atuar posteriormente. Ressaltamos que, a experiência por meio do PRP, transforma a futura docente, consideramos que uma licencianda que participa deste Programa, assimila muitas aprendizagens e, conseqüentemente, aprende

mais sobre a escola pública em relação as licenciandas que não ingressam em nenhum outro Projeto ou Programa de formação docente.

O PRP, ao se estruturar a partir da exigência de imersão do residente no ambiente escolar – com a preceptoria direta do professor da escola e a orientação do docente formador –, direciona o licenciando para uma formação estabelecida na relação entre a teoria e a prática. Desse modo, os residentes interagem, nos diversos momentos escolares, convivendo com corpo docente, com alunos, com gestores, com funcionários, enfim, participam ativamente na dinâmica da escola. Esse contexto dá aos licenciandos a oportunidade de refletir, questionar, elaborar e discutir a respeito das práticas pedagógicas na vida da escola. (Silva; Pedreira, 1981, p.117).

O exercício do PRP, tem apresentado efeitos positivos no processo formativo das licenciandas, demonstrando o espaço de atuação docente, desafios e possibilidades sobre as práticas pedagógicas. Portanto, o PRP vem fortalecendo as conexões entre docentes já formadas e licenciandas, estimulando não só a aprendizagem do contexto escolar e as práticas pedagógicas, mas tem promovido também a valorização das experiências vividas no Programa, podendo ser apresentada por meio de textos científicos em eventos externos a IES, e dentro da própria Universidade Federal da Paraíba, em encontros unificados a exemplo o Encontro de Iniciação à Docência - ENID⁷, seminários integrados, promovendo visibilidade do Programa, bem como, a sua importância no processo de construção de uma educação de qualidade, emancipadora, crítica e democrática.

⁷ ENID, é um evento acadêmico voltado para as discussões e produções relacionadas aos programas Pibid e Residência Pedagógica.

CAPÍTULO 2 – A docência na Educação Infantil e os processos de mediação pedagógica

Mediante as investigações de registros históricos no Brasil no que se refere a história da educação brasileira, é possível compreendermos o prolongado processo de reconhecimento da educação como uma prática formadora e transformadora da sociedade. Refletiremos ao longo desse capítulo sobre as bases legais que subsidiam a fundação de Instituições de nível superior, com o objetivo de formar docentes para atuar nas escolas.

Em 1939, sob o contexto histórico do início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil estava sob a presidência de Getúlio Vargas, identificamos que o cenário era de tensão, no entanto, podemos identificar marcos históricos que aconteceram durante o seu governo provisório, entre eles, a implementação de uma série de medidas que objetivavam fortalecer o Estado, criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Ministério da Educação e Saúde. Com a criação dos ministérios mencionados, os representantes do País poderiam analisar as necessidades da sociedade e propor decretos, que instituíssem novos sistemas com a finalidade de organizar a estrutura social e melhorar as condições de desenvolvimento no Brasil.

No dia 4 de abril de 1939, surge o Decreto Lei N° 1.190, pelo qual identificamos a organização da Constituição da Faculdade Nacional de Filosofia, em seu capítulo III, na seção XI, o Art. 19:

O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas: Primeira série 1. Complementos de matemática. 2. História da filosofia. 3. Sociologia. 4. Fundamentos biológicos da educação. 5. Psicologia educacional. Segunda série 1. Estatística educacional. 2. História da educação. 3. Fundamentos sociológicos da educação. 4. Psicologia educacional. 5. Administração escolar. Terceira série 1. História da educação. 2. Psicologia educacional. 3. Administração escolar. 4. Educação comparada. 5. Filosofia da educação. (Decreto-Lei N° 1.190/39).

O curso de Pedagogia era formado por três seriações de disciplinas, que equivaliam há três (3) anos, no Art. 48. “Aos alunos que concluírem seriadamente os cursos ordinários, de que tratam os Arts. 9 a 19 desta lei, serão conferidos, respectivamente, os seguintes diplomas de bacharel: 1) bacharel em pedagogia”. Significa dizer que, todos os estudantes que concluíssem os três anos referidos do curso,

teria o diploma de bacharel. No Art. 49. “Ao bacharel, diplomado nos termos do artigo anterior, que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20, desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formarem o seu curso de bacharelado”. “O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas: 1. Didática geral. 2. Didática especial. 3. Psicologia educacional. 4. Administração escolar. 5. Fundamentos biológicos da educação. 6. Fundamentos sociológicos da educação.” Desta forma, o estudante que concluísse o bacharel e fizesse mais um ano do curso de Didática passaria a ser certificado com o diploma de licenciatura.

Após observarmos os componentes da matriz curricular do Curso de Pedagogia nesta época, em relação à organização das disciplinas, é visível a dicotomia de atuação para quem possuía três anos de Curso (Bacharel), pois o sujeito formado poderia trabalhar em áreas mais técnicas da educação e para quem possuísse os três anos de Curso mais um ano do Curso de Didática, era permitido atuar como professor nas Escolas Normais⁸.

Em 1961, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB, N° 4.024, que fixa e organiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Art. 70: “O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação - CFE”. Isso significa que, outro marco legal era instituído para benefício da educação brasileira.

No Parecer do CNE N° 251/62, foram organizados os conteúdos do curso de pedagogia - bacharelado com as seguintes disciplinas:

Psicologia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar e outras matérias opcionais, como Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional. Para a licenciatura, as matérias que deveriam ser cursadas eram: Didática e Prática de Ensino. (Arantes; Gebran, 2014, p. 282).

⁸ Era basicamente uma formação ao nível primário com uma pincelada de metodologia ou didática, “como ensinar”.

Conforme a citação, o parecer N° 251/62, reafirma o modelo de currículo dos cursos de licenciatura já existente na primeira LDB N° 4.024, em especial o curso de pedagogia, sendo o foco a ser discutido neste trabalho.

Em 1968, surge uma nova Lei de N° 5.540, cujo objetivo, fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Em seu Art. 5° “A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente”. Desta forma, o curso de Pedagogia, deixa de ser uma secção dentro das Faculdades de Filosofia e passa a ser oferecido pelas Faculdades de Educação. (Arantes; Gebran, 2014).

A organização curricular do curso, era realizada por meio da seguinte divisão, a comum, que formava a base do curso, e a diversificada, que era formada pelas seguintes habilitações de duração plena: Magistério das disciplinas pedagógicas e Orientação Educacional, enquanto as de curta duração: Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. (Arantes; Gebran, 2014).

Compreendendo as primeiras Leis e os Pareceres, sobre a organização do curso de formação de professores, é possível identificar as muitas dificuldades que existiram para a consolidação de uma base estrutural que estabelecesse o currículo do curso de Pedagogia, a exemplo o Parecer de N° 252/68, que relata de forma mais aprofundada a transição do curso de Pedagogia, que antes era Bacharel e Licenciatura, para apenas Licenciatura, entre outros aspectos, porém, não os aprofundaremos nesta pesquisa. No entanto, precisamos tomar como um elemento indispensável, a abordagem das Resoluções da formação de professores mais atuais. (Arantes, Gebran, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se configura com um marco regulatório, essencial para a condução do sistema educacional brasileiro. Promulgada no ano de 1996, a LDBEN, estabelece os princípios, objetivos e diretrizes, tanto para organizar, quanto para o funcionamento da educação nas instituições de ensino no país. A LDBEN, N° 9.394/96, foi elaborada para garantir o direito de toda a população brasileira de ter acesso à educação gratuita e de qualidade. De acordo com o Art. 1° “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Brasil, 1996).

Consoante a citação da LDBEN, de N° 9.394/96, a educação está presente em vários âmbitos da vida do indivíduo, a exemplo com o núcleo familiar, na escola, em espaços coletivos, bem como, religiosos, comunitários etc. Caracterizando-se em educação formal, informal e não formal, é importante citá-las, pois, a educação não ocorre apenas nas escolas, a educação está presente em vários ambientes. A educação formal, acontece por meio das instituições de ensino (públicas e privadas), portanto, é um direito estabelecido, a fim, de que os sujeitos tenham acesso a escola de forma gratuita e de qualidade por meio da rede pública.

No ano de 2002, o Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno - CNE/CP, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Em seu Art. 1º:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica. Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: I - o ensino visando à aprendizagem do aluno [...] (CNE/CP N° 1/2002).

Conforme a citação, as Diretrizes oferecem um conjunto de princípios e fundamentos para que as Instituições de Ensino Superior, em suas especificidades, organizem as matrizes curriculares de cada curso de licenciatura. Podemos observar que, a própria Diretriz elenca a LDBEN 9.394/96, para demais direcionamentos que estão relacionados as práticas dos docentes nas instituições de Ensino Básico.

O Parecer de N° 5/2005 referente as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, foi aprovado no dia 13 de dezembro de 2005, apresenta o Breve Histórico do Curso de Pedagogia, finalidade do curso:

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como, em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integralmente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. (CNE/CP Nº 5/2005).

De acordo com a citação, as diretrizes curriculares são norteadoras para a efetivação do ensino para as docentes durante a licenciatura no curso de Pedagogia, apresenta entre outros princípios, bem como, objetivos, perfil do licenciando em Pedagogia, organização, bem como, as orientações do Projeto Pedagógico de cada Instituição de Ensino Superior, organização curricular, duração dos estudos:

2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (CNE/CP Nº 5/2005).

As atribuições citadas, são essenciais para a formação das licenciandas ao longo da licenciatura em Pedagogia, pois, elas aproximam as estudantes dos estudos aprofundados sobre as temáticas que transitam a educação brasileira, os estágios se configuram como fundamentais para conhecer o ambiente de trabalho das professoras entre outras as atividades teórico-práticas, que acontecem por meio da iniciação científica, projetos de extensão entre outros.

No fim do Parecer, mas especificamente na conclusão, afirma-se que a reformulação para o curso de Pedagogia, é fruto de um longo processo de estudos e discussões, que visa formar as licenciandas em uma perspectiva cada vez mais sensíveis às solicitações da vida cotidiana e da sociedade na qual fazemos parte.

Em 2006, foi aprovada as Diretrizes Curriculares, por meio da Resolução CNE/CP Nº 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Em seu Art. 2º:

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como, em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (CNE/CP Nº 1/2006).

Referente ao Art. 2º, podemos perceber a especificidade dada para o curso de Pedagogia, esse aspecto torna-se importante para o reconhecimento do curso, bem como, suas finalidades, potencialidades e relevância para o desenvolvimento da educação básica brasileira.

Com base nos documentos apresentados sobre a formação de professoras, no curso de Pedagogia, é possível perceber o quão complexa e burocrática são as ações para a instituição de Diretrizes que organizem o curso e o currículo. Iniciaremos nos próximos parágrafos, a nossa reflexão sobre a docência na Educação Infantil, trataremos de três ações fundamentais para a compreensão da temática deste trabalho. Identificaremos as Práticas Pedagógicas estabelecidas para os docentes por meio de dois documentos principais: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Discutiremos os processos de mediação do docente na E.I, e refletiremos sobre a atuação docente na Educação Infantil.

A Educação Infantil, conta com o apoio das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil - DCNEI, estabelece que as propostas pedagógicas das instituições de ensino, devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2010, p. 16).

As propostas pedagógicas, devem considerar os três princípios, éticos, políticos e estéticos, afim, de promover uma educação baseada no protagonismo da criança, respeito, que permita que elas possam se expressar livremente por meio da arte e da cultura. Podemos identificar a importância da existência da DCNEI, pois, viabiliza a seguridade dos direitos das crianças e fomenta ações necessárias para que os docentes da Educação Infantil, organize práticas pedagógicas que potencializem as aprendizagens das crianças. Conforme a DCNEI, 2010, p. 12, A criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

O termo criança, é designado ao ser humano de pouca idade, segundo a Lei de Nº 8. 069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Em seu Art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos [...]” (Lei Nº 8.069/90). Com base na Lei, no Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Lei Nº 8.069/90).

Com base na citação, podemos identificar que a criança é um sujeito que necessita de apoio e proteção, a Lei dispõe da oferta de oportunidades e facilidades, a fim, de propiciar o desenvolvimento da criança em vários âmbitos e o espaço escolar, é um ambiente que pode promover a articulação entre elas.

A BNCC, é um documento que apresenta as normativas para as redes de ensino pública e privada, é uma referência para que as instituições organizem os currículos para a educação básica na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no País. Ao

decorrer do trajeto escolar, nas três etapas de ensino, os estudantes devem desenvolver competências gerais que possuem a pretensão de assegurar o desenvolvimento e formação humana integral visando a construção de sujeitos que pensem criticamente e sejam capazes de organizar uma sociedade mais igualitária, inclusiva e democrática. (Brasil, 2018).

A Educação Infantil, é a primeira etapa educativa da educação básica, e em seus eixos estruturantes da E.I, as Interações e Brincadeiras devem ser asseguradas para as crianças, além dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que visam o processo de aquisição dos saberes. Os seis direitos são: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se, são ações que devem ser estimuladas a fim de articular as crianças com a complexidade do ambiente social que é a escola.

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC, estabelece cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Há ainda, a separação dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecido para cada faixa etária: Bebês (0-1 a 6m); Crianças bem pequenas (1 a 7m-3 a 11m); Crianças pequenas (4 a-5 a 11m). De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, sobre o educar e cuidar:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, tem o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (Brasil, 2018, p. 36).

A BNCC, pontua com muita precisão a articulação entre as ações de educar e cuidar nesta etapa de ensino, afirma que são indissociáveis durante o processo educativo. Atesta que, as creches e pré-escolas, devem considerar os conhecimentos abstraídos pelas

crianças no ambiente familiar, bem como, no contexto social, vinculando-os em suas propostas pedagógicas, com o objetivo de conduzir as crianças para novas aprendizagens que complementem os saberes já adquiridos, associando-os a fundamentos presentes nos dois âmbitos, escola e família, e as socializações, são momentos coletivos de muito aprendizado que, promove a autonomia e protagonismo das crianças.

O ambiente se configura como influente, em relação à mediação de situações que aproxime a criança da experimentação concreta, por meio de materiais, objetos, situações, problemas, entre outros. Através do ambiente, a criança poderá agir, manifestando-se sobre as mais diversas situações, pois, nesta fase a criança está em um período de expansão sobre a compreensão dos contextos atribuindo-lhes significados, a fim, de que ela desenvolva as suas habilidades, é preciso oferecer as crianças um espaço que as mobilizem em torno de objetos, contextos, a fim, de que sejam produzidos os sentidos sobre a cultura. (Montessori, 1989).

Ora, o adulto também faz parte do ambiente e deve adaptar-se às necessidades da criança, bem como, torná-la independente, a fim de não servir-lhe de obstáculo e de não substituí-la nas atividades através das quais se efetua o seu amadurecimento. O nosso método de educação da criança caracteriza-se justamente pela importância central que nele se atribui ao ambiente. (Montessori, 1989, p. 124).

A docente responsável pela sala de aula, precisa adaptar-se as demandas das crianças, proporcionando um ambiente aberto com incentivos aos questionamentos, discussões para que ela possa agir e realizar mediações durante todo o processo de aprendizagem. A docente deve ser a facilitadora da construção dos saberes, vinculando as experiências prévias de mundo das crianças na articulação de novas temáticas sociais, ambientais, culturais e históricas.

2.1 A Observação na Educação Infantil

O processo de educar é composto por diversos elementos, abordaremos a observação como uma habilidade que precisa ser desenvolvida pelos docentes. “Nós

temos um olhar estereotipado decorrente da ausência de uma educação que nos ensine a olhar o mundo, a realidade e a nós mesmos de forma crítica (Manfré; Ariosi, p. 158, 2019)”. Portanto, necessitamos analisar o contexto da sala de aula, conhecer as crianças para aplicar práticas pedagógicas que valorizem a realidade sociocultural das crianças, a partir de intervenções didáticas, que as aproximam de uma aprendizagem repleta de significados.

A reflexão é estruturada a partir do planejamento e registro do professor. Ao refletir, o processo de apropriação da prática docente passa a ser constituído. A observação é uma estratégia para isso, já que propicia dados suficientes ao educador para analisar e pensar criticamente sobre suas ações, verificando as interações, atitudes, valores, objetivos e experiências oferecidas, podendo resultar em transformações na prática. (Manfré; Ariosi, 2019, p. 159).

O ato de observar, possibilita que, a docente analise o contexto da sala de aula, bem como, a realidade da criança, fazendo-a refletir de modo crítico sobre as ações executadas no cotidiano. O procedimento da observação, conduz a docente à verificação das ações realizadas por ele ao longo do processo educacional das crianças, tais como, os objetivos elaborados, valores estabelecidos como essenciais e as experiências apresentadas. A partir do processo reflexivo, a docente poderá alcançar estratégias que transformam a sua prática pedagógica, sempre partindo da realidade das crianças para a organização de materiais didáticos e atividades apropriadas que as mobilizem a ser criativas e protagonistas das suas aprendizagens.

O ato de observar, pode ser relacionado ao estudo que o sujeito é capaz de fazer de si próprio, bem como, das pessoas ao seu redor, incluindo a complexidade do mundo no qual fazemos parte. Trata-se de considerar o que se propõe ser observado, tais como os mais variados contexto da sala de aula, as ações realizadas pelas crianças e a própria atuação docente. O ambiente é capaz de influenciar comportamentos, da mesma forma que um ambiente em desordem pode gerar conflito, um ambiente bem organizado pode conduzir o sujeito a realizar ações sistemáticas e que alcancem um bom desempenho durante o seu processo de desenvolvimento (Manfré; Ariosi, 2019).

2.2 Práticas Pedagógicas das Docentes na Educação Infantil no Colégio de Aplicação da UFPB: Relatos de uma residente

Por meio do Programa Residência Pedagógica, vinculado com o Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba, como residente pudemos experienciar, durante o período de seis meses, momentos de observações e de atuação supervisionada em uma turma da Educação Infantil com crianças de três anos. Durante as primeiras visitas à escola, observamos a dinâmica da turma, por quantas crianças era composta a turma, se alguma delas apresentava características de algum transtorno de aprendizagem, rotina e sequência de atividades cotidiana. Durante as observações, foi possível identificar as práticas pedagógicas realizadas pela professora titular da turma. O momento de acolhida das crianças, nem sempre era tranquilo, pois, as crianças ainda estavam em período de adaptação a escola, e resistiam entrar na sala, no entanto, a professora, com toda a sua experiência, fazia uso de estratégias para conduzi-las a entrar na sala e interagir com outras crianças.

Na hora da acolhida, a sala era um espaço livre para que as crianças escolhessem a brincadeira que quisessem, entre elas cantinho dos livros (os estagiários e residentes eram chamados pelas crianças para ler as historinhas), massinha de modelar, brinquedos diversos, de organizar, encaixar, montar, sequenciar, alfabeto e números, formas geométricas de madeira, bonecas, carrinhos, os brinquedos tinham peças grandes, o que facilitava a supervisão das brincadeiras. Algumas crianças brincavam em grupo, outras preferiam brincar sozinhas apenas na companhia dos brinquedos escolhidos, enquanto isso, a professora titular fazia mediações entre os conflitos de duas ou três crianças pela escolha de um mesmo brinquedo. A calma e tranquilidade da professora era notória, ela sabia muito bem quais direcionamentos deveria fazer em relação a cada criança, de forma justa e igualitária. Esse foi um dos aspectos que mais se destacou durante as observações, a resolução de conflitos, era uma das habilidades identificada como prática pedagógica, pois ela ensinava sobre valores sociais, na medida que pedia para a criança esperar a sua vez de brincar e de compartilhar os brinquedos.

O momento da rodinha, era caracterizado pela organização das crianças em um círculo no chão da sala, a professora titular pedia para que elas se organizassem em um círculo e assim faziam, muitas vezes o círculo não era tão bem feito, mas observamos que

a professora permitia a autonomia das crianças, e ao longo dos dias ela sempre mostrava como o círculo deveria ser formado, e, desta forma, as crianças aprendiam pela própria prática do dia a dia. Ainda no momento da rodinha era realizado o momento da “chamadinha”, caracterizada pela presença de fichas com os nomes e foto de cada criança da turma, durante a apresentação do nome de cada criança era realizado um suspense, tampando a foto, e era dito a letra inicial do nome da criança, a fim, de que elas descobrissem quem era. Identificamos mais uma prática pedagógica da professora, ao realizar esse exercício, faz-se conhecer as letras do alfabeto de forma que, as crianças percebam que ela é importante para a formação do seu nome ou nome do colega, presença do ambiente alfabetizador se configura como importante para que as crianças conheçam e reconheçam letras e números para as próximas fases das aprendizagens.

As atividades elaboradas pela professora titular, promovia muitas interações das crianças umas com as outras, a oralidade era estimulada por meio de questionamentos, em relação às histórias contadas e trabalhadas com a turma, muitas vezes a história contada direcionava as brincadeiras que seriam realizadas posteriormente interligando-as e dando continuidade da temática, fazendo com que as crianças aprendessem por meio de outras formas.

Ao refletirmos sobre as práticas pedagógicas realizadas pela professora titular da turma, é possível compreendermos, que a organização das atividades para as crianças deve ser pensada com base na realidade da escola, bem como, nos materiais e espaços disponíveis para realizar atividades que sejam diversificadas, apresentando saberes diversos. Isso implica diretamente no repertório do conhecimento da docente, pois, significa dizer que será preciso trabalhar temáticas que muitas vezes ela não conhece intimamente, entretanto, ela precisa entender que não saber sobre tudo em relação à todas as temáticas, é normal, e que pode preparar-se para trabalhá-las com as crianças e aprender junto com elas.

Insistimos em afirmar que o professor deve preparar-se interiormente, estudando-se a si mesmo com metódica constância, a fim de conseguir suprimir os próprios defeitos mais enraizados, que constituem um obstáculo às suas realizações com as crianças. Para descobrir esses defeitos ocultos na consciência, necessitamos de ajuda externa, de uma certa instrução; é indispensável que alguém nos indique o que devemos ver em nós mesmos. (Montessori, 1989, p. 165).

Podemos citar que, os encontros pedagógicos formativos com a gestão da escola e formação continuada com docentes de outras turmas da E.I, como um dos momentos que podem ser realizados compartilhamento de ideias, sugestões sobre formas de organizar sequências de temáticas, bem como, encaminhamentos, direcionamentos e coletivamente podem evidenciar quais potencialidades e dificuldades que o docente identifica em suas próprias práticas pedagógicas. Os diálogos promovem a articulação de saberes que transitam o ambiente escolar, e reúnem ferramentas pedagógicas utilizadas pelos docentes, mas que podem ser aprimoradas e adaptadas para cada turma dentro das suas especificidades.

Compreendemos que, o diálogo é essencial para a construção de propostas que ofereça vivências diversas para as crianças, neste sentido iremos relatar algumas ações realizadas pela estudante enquanto residente na escola e licencianda em formação inicial. A organização das propostas para a realização das aulas é um processo complexo, que necessita do olhar atento para a realidade da instituição de ensino, bem como, das crianças que compõe a turma, iniciamos a construção dos planos de vivências destinado aos 9 (nove) dias de regências. O plano de vivências era composto pelo título temático do dia, os campos de experiências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, procedimentos metodológicos, processo avaliativo e por fim as referências dos materiais utilizados.

Durante o período das regências, a residente atuou mediando as vivências planejadas com duração de 4h (quatro) horas, constatou-se que nem sempre o que é planejado acontece, muitas vezes o planejamento é alterado de acordo com o engajamento das crianças com as atividades, estratégias são criadas, efetivando a utilização de outras brincadeiras, há diálogos que vão sendo criados de acordo com a necessidade estabelecida, com base no contexto das experiências das crianças. Ao longo do planejamento, foram desenvolvidas atividades muito divertidas, lúdicas, que envolviam temáticas sobre o circo, formas geométricas, cores, animais, vegetais entre outras temáticas, incluindo a literatura infantil.

Uma das experiências mais marcantes neste ciclo I, na Educação Infantil, foi no primeiro dia de regência em que trabalhamos a temática do circo, foi um dia de grandes aprendizagens, tanto com a professora titular que auxiliava com algumas mediações em relação ao que deveria ser realizado, quanto com as crianças. Por ter acompanhado a turma no período de observação, ficou mais fácil estabelecer contato com elas, desta forma, este contato prévio facilitou o trabalho com elas nos dias seguintes, elas

reconheciam tia Ana, e ficavam à espera do que seria realizado durante a tarde com elas. Neste dia, as crianças brincaram com fantasias, objetos que caracterizam o circo, como bambolês, bolinhas etc. Conversamos sobre as atrações do circo, malabaristas, equilibristas, palhaços, domadores de animais, trapezistas entre outros.

O momento de brincar e fantasiar sobre as atrações do circo foi um momento encantador, ao auxiliar e mediar as crianças a interpretar o papel de ser um equilibrista em cima de um bastão no centro da sala, percebeu-se que não estávamos trabalhando apenas a temática, mas sim, aproveitando-as, a fim, de incentivar a movimentação das crianças, desenvolver suas habilidades de lateralidade, equilíbrio, invenção, imaginação, experimentação de algo novo. Compreendemos durante todas as regências, que todas as ações efetuadas na sala com as crianças possuem um objetivo específico para desenvolver algo nas crianças, seja uma ação ligada a convivência, cultura, mas, todas possuem finalidades específicas.

Para além das brincadeiras, fizemos uso de uma literatura chamada, *O circo* que apresentou a grande discussão sobre as atrações do evento, as crianças tiveram experiências degustativas com pipocas, elas acompanharam como o milho de pipoca se transformava em pipoca, foi um momento de muita curiosidade e conversas, além da ansiedade para a pipoca ficar pronta para o consumo. Enceraremos este relato com esta experiência, a fim, de apresentar para o leitor que, as experiências nesta etapa educativa é sempre muito rica, repleta de descobertas e aprendizagens, que visam construir os significados sobre as temáticas abordadas dia após dia, para tanto, há muitos elementos que podem ser sinalizados e estudados a partir desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar o Programa Residência Pedagógica, possibilitou que pudéssemos conhecer de forma mais aprofundada, como ocorre a educação por meio da escola pública. Suscitamos a importância do PRP, para o processo de formação inicial das licenciandas, em especial as estudantes de Pedagogia abordado no trabalho, pois a partir do vínculo entre licencianda e a instituição de ensino básico, foi possível articular teorias e práticas no ambiente escolar.

Esta pesquisa objetivou compreender a Docência na Educação Infantil por meio do Programa Residência Pedagógica, sobretudo identificar e refletir sobre as práticas docentes que acontecem nas salas de aulas, a fim, de aproximar os leitores e pesquisadores, sobre as potencialidades presentes no processo educacional da E.I, bem como, os desafios que encontramos ao vivenciarmos e observarmos a sala de aula apontados nos relatos da residente, tanto sobre o trabalho da professora titular, quanto as experiências da residente na aplicação de algumas vivências com as crianças.

Para concluirmos esta pesquisa, foi necessário a leitura de um acervo considerável, bem como, documentos legais que abordam o surgimento do PRP, em seus primeiros moldes, resoluções, pareceres que estabelecem as regulamentações do Programa, e editais que estabelecem o prosseguimento do PRP, nas Instituições de Ensino Superior vinculando-as em escolas públicas que ofertam a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Utilizamos variados documentos que foram indispensáveis para a conclusão dos objetivos traçados para esta pesquisa, entre eles as Portarias de N° 38/18, que apresenta os propósitos do Programa, Portaria de N° 259/19 e Portaria de N° 82/22, que apresentam a regulamentação do PRP, bem como, suas finalidades em relação a formação inicial das licenciandas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que abordam sobre as práticas pedagógicas que devem ser promovidas pelos docentes para as crianças na E.I, e a Base Nacional Comum Curricular, que é referência para a organização curricular.

Durante o PRP, na escola enfrentamos desafios, a exemplo, surgiam dúvidas sobre o posicionamento da docente em relação a tomada de atitudes, argumentações em sala, até então não sabíamos como resolver tais questões. No entanto, com as observações e

práticas, foi possível chegar na conclusão que, a docente da turma é um símbolo de referência para as crianças, logo, ela precisa perceber que, as suas ações podem refletir na reprodução de preconceitos, anulação e silenciamento de alguns grupos sociais, ou podem promover a valorização das diversidades, respeito.

Por isso, se faz tão necessária a formação inicial das docentes, a fim, de que elas conheçam a história, a sua relação com a sociedade, aprenda sobre as diversidades étnicas, culturais, para a promoção de uma educação que contemple temáticas diversas, com o intuito de dialogar sobre elas com as crianças, fortalecendo a construção de conhecimentos que sejam capazes de promover um ambiente de vivências de cidadania, inclusão e equidade.

Compreendemos que, a observação das práticas pedagógicas tem a função de promover reflexões sobre o que a docente realiza em sala de aula, e quanto que estas ações contribuem para o desenvolvimento das crianças, a partir da observação e reflexão do contexto das suas ações, ela é capaz de estabelecer práticas consistentes e fundamentadas a partir da realidade das crianças que compõe a turma.

Com base nisto podemos concluir que, a efetivação da etapa educativa na Educação Infantil, requer mais que “saber lidar” com crianças, é preciso compreender documentos instituídos legalmente, que direcionam o trabalho e as práticas pedagógicas dos docentes, a fim, de que eles ofereçam experiências diversificadas as crianças, promovendo respeito e produção de cultura entre os pares, juntamente com a experiência em sala de aula, que é capaz de articular o que a licencianda já aprendeu, com o conhecimento pedagógico que é realizado de acordo com a especificidade de cada escola.

REFERÊNCIAS

Arantes; Gebran. **O Curso De Pedagogia E O Processo De Formação Do Pedagogo No Brasil: Percurso Historico E Marcos Legais**. Doi: 10.15628/Holos.2014.1643. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643/pdf_142. Acesso em: 16 de abr. 24.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAPES. Portaria GAB Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. **Institui o Programa de Residência Pedagógica**. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf). Acesso em: 19 de abr. 24.

CAPES. Portaria GAB Nº 82, de 26 de abril de 2022. **Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP**. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES__1689649__Portaria_GAB_82.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES__1689649__Portaria_GAB_82.pdf). Acesso em: 18 de abr. 24.

Decreto-Lei Nº 1.190/39. **Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm. Acesso em: 15 de abr. 24.

Edital nº **09/2022** – CPPA/PRG. Disponível em: <https://www.prg.ufpb.br/prg/programas/rp-1/menu/producao-academica>. Acesso em: 12 de abr. 24.

Edital PRG N° 04/2021 **Processo Seletivo De Residentes Bolsistas E Voluntários – Vagas Remanescentes Programa De Residência Pedagógica/UFPB**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.prg.ufpb.br/prg/programas/rp-1/arquivos/edital-sel-residente-bolsista-e-voluntario-prg-04-2021.pdf. Acesso em: 18 de abr. 24.

E.M.N° **011/2009/MEC**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=663503#:~:text=62.,n%C3%ADvel%20m%C3%A9dio%2C%20na%20modalidade%20Normal. Acesso em: 12 de abr. 24.

Geglio; Moreira. **Residência pedagógica e PIBID na UFPB : Expressões de Trajetórias** [recurso eletrônico] / Organizadores: Paulo César Geglio, Dayse das Neves Moreira. - João Pessoa : Editora UFPB, 2021.

Lei N° 4.024/61. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 15 de abr. 24.

Lei N° 5.540/68. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 16 de abr. 24.

Lei N° 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 de abr. 24.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Manfré, Barrozo; Ariosi, Fernandes. **A Observação Na Educação Infantil Como Forma De Respeito Às Crianças**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p.156-161 jul/set 2019. DOI: 10.5747/ch.2019.v16.n3.h440.

MINAYO, M. C. & SANCHES, O. **Quantitativo - qualitativo**: oposição ou complementaridade Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3) 239 -262, jul/set, 1993.

Montessori, Maria. **A Criança**. Circulo do livro. 1989.

Parecer CNE/CP Nº 5/2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pcp0505.pdf?query=diretrizes%20pedagogicas. Acesso em: 16 de abr. 24.

Parecer Nº227/2007 - **Institui a Residência Educacional**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4781767&ts=1630446171578>. Acesso em: 11 de abr. 24.

Portaria GAB Nº 259, de 17 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/19122019-portaria-259-regulamento-pdf>. Acesso em: 19 de abr. 24.

PRG.UFPB. **Editais do Programa Residência Pedagógica**. Disponível em: https://www.prg.ufpb.br/prg/prg/prg/programas/rp-1/colecoes-rp/noticias?b_start:int=90. Acesso em: 11 de abr. 24.

Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 de abr. 24.

Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Disponível: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 16 de abr. 24.

SAINT-GEORGES, P. de. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômicos, social e político. In: ALBARELLO, L. et al. **Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva publicações Ltda, 1997.

Senado Federal. Projeto de Lei Nº 6/14. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a residência docente na educação básica.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4611821&ts=1630438298198&disposition=inline>. Acesso em: 11 de abr. 24.

Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara Nº 103/12. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3981690&ts=1630431400321&disposition=inline>. Acesso em 17 de abr. 24.

Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106800>. Acesso em: 11 de abr. 24.

Silva. Delano. M. Silmões; Pedreira. A. Júlia. Em Aberto / **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais** Anísio Teixeira. v. 1, n. 1, (nov. 1981-). – Brasília : O Instituto, 1981.